

Inquérito Civil n. 06.2017.00006569-3

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça da Comarca de Meleiro, Cleber Lodetti de Oliveira, e de outro lado a empresa **CEREAIS CÉLIA LTDA.**, já qualificada nos autos em epígrafe, neste ato representada por ORACY OLIVO, doravante denominado compromissário, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2017.00006569-3, acompanhado seu advogado e autorizados pelo art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 e art. 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000, e:

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal estabelece no artigo 127, caput, que o "Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

**CONSIDERANDO** que a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, disciplinada pela Lei Complementar n. 197/00, estabeleceu em seu artigo 82, *inciso* XII, ser função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 83, I, da mesma Lei;

**CONSIDERANDO** que o art. 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil, assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-

lo para as presentes e as futuras gerações;

**CONSIDERANDO** que meio ambiente é "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga, e rege a vida em todas as suas formas" (Lei n. 6.938/81, art. 3º, inciso I), e que poluição é "a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos" (inciso III);

**CONSIDERANDO** que poluidor é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei n. 6.938/81);

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

**CONSIDERANDO** a notícia de infração penal ambiental n. 02.03.05.115/07-16, encaminhada pela Polícia Militar Ambiental, que aponta o lançamento de resíduos líquidos em desacordo com as exigências estabelecidas em atos normativos, pela empresa Cereais Célia Ltda;

**CONSIDERANDO**, que tramita nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil n. 06.2017.00006563-9, o qual foi instaurado para promover a responsabilização e recuperação ambiental em razão do lançamento de resíduos sólidos e rejeitos *in natura* em curso d'água (coordenadas UTM 22J 634531/6809758), na cidade Meleiro, pela empresa acima citada;

**CONSIDERANDO** que, após vistoria da Polícia Militar Ambiental, em meados de 2016, constatou-se que houve o lançamento de efluentes líquidos no Rio Manoel Alves em desacordo com os parâmetros legais, notadamente com relação à DBO, Fósforo Total, Sólidos Sedimentáveis e Toxicidade com *Daphnia magna*, o que culminou na lavratura do Auto de Infração Penal Ambiental n. 41035-A;

**CONSIDERANDO** que a Polícia Militar Ambiental retornou à empresa e realizou nova vistoria em 2017, tendo lavrado novo Auto de Infração Penal Ambiental n. 47505-A, desta vez por conta da projeção de efluente líquido com índice de Nitrogênio Amoniacal acima do permitido;

**CONSIDERANDO** que, apesar dos relatórios técnicos e licença ambiental apresentados recentemente pela empresa, houve o descumprimento das normas ambientais nos anos de 2016 e 2017, conforme Relatórios de Fiscalização n. 21320-2016-42927 e 21320-2017-48853, elaborados pela Polícia Militar Ambiental;

**CONSIDERANDO** que, em atendimento à requisição deste órgão de execução, a Polícia Militar Ambiental concluiu, em parecer emitido em procedimento similar, que a reparação do dano ambiental poderia ser efetuada com correção dos parâmetros dos efluentes;

**CONSIDERANDO** a dimensão do dano ambiental causado à flora e à fauna, que, ao que se tem conhecimento não foram em níveis que resultassem em dano à saúde pública, mortandade de peixes, etc.

**CONSIDERANDO** que como a empresa já adotou medidas corretivas no lançamento de seus efluentes visando impedir novos lançamentos em desacordo com os parâmetros normativos, no caso concreto, revela-se viável a resolução do objeto do presente inquérito civil mediante o pagamento de quantia certa a título de medida compensatória;

Resolvem celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, mediante os seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O COMPROMISSÁRIO obriga-se, a partir da assinatura do presente acordo, a manter os parâmetros físico-químicos e ecotoxicológicos de seus efluentes líquidos de acordo com a legislação vigente e com a Licença de Ambiental de Operação;

**Parágrafo único:** O Compromissário compromete-se a realizar o monitoramento da qualidade de efluente, por meio de exame técnico de qualidade, conforme determinado pela legislação e nas condições específicas da Licença de Ambiental de Operação, com envio de relatório a esta Promotoria de Justiça a cada 4 (quatro) meses, pelo período de 1 (um) ano;

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O COMPROMISSÁRIO, a título de medida compensatória pelo dano ambiental causado, pagará o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), em quatro parcelas sucessivas, com vencimento em 20 de setembro e mesmo dia nos meses subsequentes, ao Fundo de Reconstituição de Bem Lesados do Estado de Santa Catarina previsto no art. 13 da Lei 7.347/85 e criado pelo Decreto Estadual 1.047/87 e com disposições constantes na Lei Estadual 15.694/11;

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O COMPROMISSÁRIO se compromete a trazer nesta Promotoria de Justiça, até cinco dias após o pagamento, o respectivo comprovante;

**CLÁUSULA QUARTA** - O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial, no âmbito civil e criminal, contra os COMPROMISSÁRIOS relativamente aos fatos em referência, no caso de estrito cumprimento das obrigações assumidas neste termo.

**CLÁUSULA QUINTA** - Este título executivo não inibe ou restringe,

de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**CLÁUSULA SEXTA** - O descumprimento da CLÁUSULA PRIMEIRA constante deste Termo de Ajustamento de Conduta implicará, a título de cláusula penal, o pagamento de multa no importe de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a cada constatação de descumprimento, cujo valor será atualizado de acordo com índice oficial, desde o dia de cada prática infracional até efetivo desembolso da quantia correspondente;

**Parágrafo primeiro:** O descumprimento da CLÁUSULA PRIMEIRA, e incidência da multa prevista no caput da CLÁUSULA SEXTA, que venha a ser aferida por órgão ambiental de fiscalização (Polícia Militar Ambiental e Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA), dependerá de segundo laudo a ser contratado pela compromissária, cuja a colheita da amostra deve ocorrer em até 3 dias úteis da colheita realizada pelo órgão ambiental.

**Parágrafo segundo:** Caso esse segundo laudo tenha sido feito a partir de colheita realizada em prazo superior a 3 dias úteis da realizada pelo órgão ambiental, prevalecerá a conclusão deste.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O descumprimento da CLÁUSULA SEGUNDA constante deste Termo de Ajustamento de Conduta implicará, a título de cláusula penal, o pagamento de multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia de atraso no pagamento do valor principal previsto na citada cláusula;

Subcláusula 1. Os valores referidos nas CLÁUSULAS SEXTA e SÉTIMA serão devidamente atualizados pelo índice oficial da Corregedoria-Geral da Justiça, desde o dia de cada prática até o efetivo desembolso.

Subcláusula 2. O presente Compromisso de Ajustamento de Conduta terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos artigos 5º,

parágrafo 6º da Lei n. 7.347/85 e 784, inciso IV, do Código de Processo Civil, de modo que, em caso de inexecução das obrigações, o Ministério Público, após vencidos os prazos pactuados, providenciará a imediata execução judicial e protesto do presente título, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil, criminal e por eventuais atos.

**CLÁUSULA OITAVA – O COMPROMISSÁRIO** fica ciente de que o cumprimento das obrigações constantes do presente termo não o dispensam de satisfazer qualquer outra exigência prevista em lei, tampouco de cumprir qualquer imposição de ordem administrativa.

Ademais, por ocasião da celebração deste ajustamento de condutas, o Inquérito Civil n. 06.2017.00006569-3 será arquivado, ficando a parte desde já cientificada, a qual renuncia o prazo para apresentação de razões de recurso.

Eventuais questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Meleiro/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

Assim, justos e acertados, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, firma a parte o presente Termo de Compromisso em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Meleiro, 12 de setembro de 2019.

**Cleber Lodetti de Oliveira**  
Promotor de Justiça

**Oracy Olivo**  
Compromissário

**Leonardo Boff Bacha**  
OAB 17.838/SC